

## REFLEXÕES SOBRE A CULTURA

### I

1. O tema da Cultura é extremamente complexo. Quando insuficientemente meditado, dá origem a muitos equívocos, visões parciais, e até a erros grosseiros. Além de complexo é dinâmico. A experiência do passado, permanentemente alterada pelo correr do tempo, impõe, sobre ele, uma contínua reflexão. Tanto mais quanto é certo que a *consciência histórica* nada mais é, afinal, do que a visão que os mais cultos têm da sua época, apesar de ser, muita vez, retoricamente entificada, e apresentada como uma realidade em si. (É em relação a esta fantasiosa metafísica, que, repetimos, a retórica facilita e reforça, que se justifica uma atitude mental "positivista").

É essa visão, global, actual e compreensiva, que dita a última palavra da cultura. E quando ela não chega a ser proferida, por não haver quem tenha, para tanto, a necessária capacidade, ou é proclamada no deserto, porque ninguém a quer receber, — o presente histórico perde a lucidez e o rumo. Não haverá quem saiba viver o seu tempo e nele se realizar. Adiados, ou retardados, desajustados, sonâmbulos, escravos de rotinas infernizantes e de maus hábitos (para Aristóteles a acção cultural básica consistia na criação de hábitos que libertassem o espírito para uma vida superior), sem projectos para o futuro, que não conseguem sequer visionar, — todos ficam expostos ao desespero e às violências de uma destruição gratuita, própria ou alheia.

2. Complexo e dinâmico, conforme dissemos, o tema da cultura desdobra-se em vários tópicos. Citaremos alguns dos mais importantes:

- a) cultura e civilização;
- b) pluralidade e unidade das culturas;
- c) o acto criador e as suas componentes psicológicas, sociológicas e ontológicas;
- d) acção cultural e acção técnica.

3. De há muito que esta problemática nos interessa, e nela marcámos, por nossa conta e risco, algumas posições (1).

Não vamos repetir o que já dissemos, pois são outros os pontos que agora pretendemos analisar. O seu exame será feito, todavia, como se compreende, à luz das conclusões a que chegámos.

O que temos em mira é dilucidar o significado actual da cultura e avaliar a sua importância para a sociedade contemporânea.

### Filosofia e Cultura

Já em recente estudo (2) nos ocupámos desta temática, tendo em vista a filosofia. É esta pois a altura para tentarmos apontar quais as suas ambíguas relações com a cultura.

Por um lado a cultura é o campo mais fecundo para a reflexão filosófica. A filosofia da cultura atinge o plano da universalidade, a que conduz todo o itinerário filosófico, enriquecida pela visão concreta dos problemas vividos, mas aberta simultaneamente, apesar disso, ao horizonte de potencialidades humanas alheias à nossa.

Por outro lado, toda a cultura manifesta e dá expressão, por essência, a uma forma limitada de humanidade, e na sua *globalidade parcial*, particulariza todas as criações do espírito, designadamente a filosofia, encarada esta agora como sendo o conteúdo das obras dos filósofos. Isso mesmo quando nessas obras não há nenhuma referência expressa à circunstância histórica e sociológica do seu autor, obrigando, nesse caso, a sua perfeita compreensão, a uma exegese que consiga trazer à luz todas as pseudo-evidências de subconsciente raiz cultural.

---

(1) Vd. *Perspectivas Cristãs da Cultura*, 1964, Porto. Separata da Colectânea "Encontro de Universitários Católicos"; *Reflexões sobre a Pluralidade das Culturas*, 1978, Rio de Janeiro, "Presença Filosófica", vol. IV, n.º 2. *As Culturas e o Tempo*, 1980, Rio de Janeiro, "Presença Filosófica", vol. VI, n.º 1. *Civilização e Cultura*, 1985, São Paulo, "Convivium", n.º 3.

(2) *O Papel da Filosofia numa Sociedade Aberta e em Desenvolvimento*, 1991, Porto, "Revista da Faculdade de Letras — Filosofia", n.º 8.

Ainda que se atribua à filosofia a função prospectiva e reguladora de orientar a construção do futuro; ainda que se pretenda (como já o escrevemos) que a "ave de Minerva" aprenda a voar na luz da madrugada, contrariando os hábitos crepusculares de só ter olhos para o que já aconteceu e vai mergulhar no passado (hábitos que Hegel considerou como sendo-lhes característicos e essenciais); ainda assim, será sempre a partir do "chão" de uma cultura vigente que a reflexão especulativa ganhará altura, e iluminará o horizonte indeciso do que está para vir. E há mais. Se essa indicação filosófica do rumo mais "razoável" não conseguir desencadear a genese de uma nova cultura, ou de um novo ciclo cultural, ou repercutir, ao menos, no interior da vida artística e religiosa, — a palavra filosófica, por mais penetrante e sábia, não chegará a incarnar e ficará à margem do movimento da história, olímpicamente inútil, e só conhecida e cultuada por meia dúzia de devotos... Mas também é verdade que permanecerá viva, ao longo dos séculos, e sempre pronta a iluminar os que dela se aproximarem.

4. Os "santos" e os "poetas" têm um papel insubstituível na genese das culturas. Arautos de "vozes interiores" que os transcendem, a sua palavra ilumina e queima.

Chamo "santos" a todos os que vivem "falando" com Deus, mesmo na apagada banalidade do seu dia-a-dia, e com fiel humildade O testemunham; sejam fundadores de religiões, ou místicos, ou profetas, ou sacerdotes de fé viva, ou, até, teólogos que consigam esconjurar o seu orgulho intelectual.

E chamo "poetas" a todos os artistas que tenham o condão de transfigurar o quotidiano cinzento do homem comum na plenitude que a contemplação da Beleza faculta.

5. Como se compreenderá, não podemos desenvolver todos os tópicos que deixámos apontados. Uma vez mais, tentaremos apreender só o que é essencial, para não fatigarmos o leitor, e para nos pouparmos a nós próprios o esforço fastidioso dos pormenores. Centrar-nos-emos, pois, unicamente, em dois pontos nucleares:

- a) Estado e Cultura;
- b) Nacionalismo e Cultura.

## II

### ESTADO E CULTURA

1. É próprio do Estado o poder soberano. Se a força de qualquer um outro organismo social o suplantar, mas não quiser, ou não puder, arrebatar-lhe a soberania e exercê-la ostensivamente, através de todas as funções e formalidades que lhe são inerentes, sobreviverá um neo-feudalismo de tipo económico ou "mafioso", acompanhado de uma generalizada "desobediência civil", que deixará o cidadão vulgar oscilante entre a vivência de uma eufórica liberdade anárquica (quando não encontra entraves na realização do que deseja), e o pavor de se sentir desprotegido contra a violência circundante.

2. Detentor, por essência, do poder soberano, todo o Estado tende a ser totalitário.

A forma de contrariar esse irresistível pendor não consiste só na possibilidade "democrática" de substituir pacificamente os governantes<sup>(3)</sup> (que aliás tende a ficar inócua, não só porque a rotina lhe fará perder a motivação, mas ainda porque contra ela se formará uma solidária classe política que tenderá a tornar ilusórias todas as mudanças que a substituição dos governos prometeria).

Na verdade, se não é possível enfrentar a soberania sem destruir o Estado, a solução consistirá em que ela não transborde dos limites que definem o terreno próprio da política. A definição desses limites é tarefa que pertence à especulação teórica.

#### Sobre a Necessidade da Preparação Cultural dos Políticos

3. São os filósofos e os "politólogos" que terão o dever de levar o cidadão comum a reconhecer que não pode dar-se ao luxo de ser ignorante em matéria de tamanha importância, e que a sua

---

<sup>(3)</sup> K. Popper considera que a essência da democracia consiste nessa possibilidade de substituir periodicamente os governantes sem ser preciso recorrer à violência. Entende, por isso, que deve subordinar-se a esse desiderato toda a vida política, designadamente a forma de constituição dos "partidos" e a lei eleitoral. (Entrevista à revista "Der Spiegel", reproduzida por "El País", de 08/08/87).

participação na vida pública não pode ser irresponsável e meramente voluntarista.

Observe-se, de passagem, que esta subordinação da política à cultura (que Platão levou ao exagero quando atribuiu aos filósofos a exclusiva competência para governar), tem sido minimizada nos regimes democráticos. Reduzindo o complexo problema da legitimidade do uso do poder soberano ao sufrágio e à vontade da maioria por ele expressa, deixou de lado todas as exigências formais e objectivas quanto à preparação e à competência dos governantes. Até parece que o bom exercício da soberania, de máxima importância para a felicidade pública, não carece de preparação teórica e prática, nem de vocação, e está, em princípio, ao alcance de qualquer um. E a situação ainda se revela mais grave quando se repara que o talento para ganhar eleições é diverso, na índole, daquele que é necessário para bem governar. Só uma profissionalização, moralizadora, da classe política, mediante o hábito de seguir a carreira de governante, hierarquicamente, a partir da gerência dos órgãos autárquicos mais modestos, e a demonstração pública de uma boa formação teórica — facultará aos eleitores elementos para melhor decidirem, defendendo-se contra a sedução dos demagogos.

A resistência em ver a necessidade da preparação teórica dos políticos deve-se, segundo supomos, ao facto de ter sido divulgada uma forma errónia de pôr o problema. Refiro-me ao confronto que communmente se faz entre *técnicos* e *políticos*, considerando que os primeiros têm a visão limitada dos especialistas, e os segundos a perspectiva abrangente das "ideias gerais". Efectivamente, é próprio dos técnicos o agenciamento dos *meios*; enquanto que aos políticos compete a determinação dos *fins*, o estabelecimento da sua escala de prioridades, e também, naturalmente, a escolha dos meios mais eficazes para que sejam atingidos. E se, quanto a este último ponto, podem e devem recorrer a uma acessoria técnica, já as restantes funções são da sua exclusiva competência e responsabilidade. Para as levar a bom termo, não lhes basta a ágil manipulação de "ideias gerais". O contrário da especialização não é a superficialidade; é a síntese profunda de que partem (ou para que convergem) as mais penetrantes visões parciais. Para conseguir esse seguro olhar abrangente, e rigorosamente o circunscrever ao campo da política, os governantes precisam de uma sólida formação teórica.

4. Penso que os sectores mais importantes da vida social que estão fora da alçada do poder político, são:

- a) o culto religioso;
- b) a criação da cultura;
- c) a educação;
- d) a formação e a direcção das consistências;
- e) as esferas da legítima privacidade pessoal e familiar (legítima enquanto não invade nem prejudica a privacidade alheia);
- f) o espaço onde os corpos sociais e as instituições *naturais* (isto é, autónomas na sua constituição e funcionamento) exercem a actividade que lhes é própria.

5. Anote-se, de passagem, que há circunstâncias (penso ser esse o caso português) <sup>(4)</sup>, em que a fragilidade e a indigência da sociedade civil levam a que esta permanentemente "peque por omissão", renunciando a dar solução directa, por sua iniciativa, a muitos dos problemas que a afligem. Está sempre à espera que um Estado providencial e todo-poderoso os resolva a seu contento. Ocupando espaços vazios, poderão inclusive os governantes julgar, de boa-fé, que não abusam do Poder, mas cumprem a sua obrigação, de acordo com o princípio da subsidiariedade.

6. Este é um ponto muito importante, e convirá que fique bem esclarecido.

De facto, o princípio da subsidiariedade — que foi teorizado por Aristóteles e a Igreja Católica subscreveu, — atribui ao Estado o encargo de melhorar a vida social, exercendo, para isso, funções que, pela sua natureza, ultrapassam a capacidade das famílias e

---

<sup>(4)</sup> Como tivemos já ocasião para observar (*A Situação de Amorim Viana (1822-1901) na História da Filosofia Portuguesa*, 1990, Porto, "Revista da Faculdade de Letras — Filosofia", n.º 4) as condições da formação do nosso País fizeram com que, ao contrário do que é natural, fosse o Estado a anteceder e a formar a Nação; outro tanto aconteceu no Brasil. E ainda hoje padecemos desse defeito congénito. Razão porque a Democracia Cristã e o Liberalismo — regimes que hoje mais eficazmente se opõem à hipertrofia do poder político, e melhor garantem a liberdade civil das pessoas e das comunidades naturais — encontrem, nos dois países, tantas dificuldades e obstáculos.

dos organismos que, a partir delas, se formaram, obedecendo à mesma exigência de melhorar o teor da vida colectiva.

De acordo com tal princípio, pois, o Estado não só não pode subjugar essas comunidades naturais, como não deve sequer substituir-se-lhes, por ser inhábil para o efeito. Se, anormalmente, tais comunidades não existirem ou não possuírem o necessário vigor, — compete ao Estado, isso sim, desenvolver toda uma acção de incentivo e fomento, que vise colmatar essas lacunas.

7. Observe-se ainda, em nota à margem, que este mesmo princípio da subsidiariedade, é o que melhor poderá orientar os inelutáveis movimentos contemporâneos de unificação política internacional. Que se não destruam os Estados nacionais, nem se ofenda a sua soberania no legítimo exercício das funções que perfeitamente pode realizar; mas se cometam a órgãos supra-estatais as atribuições que, pela sua natureza, ultrapassem a capacidade desses Estados, de acordo, sempre, com o objectivo de *melhorar a qualidade de vida das sociedades nacionais*.

8. Deveremos referir ainda a posição de Sampaio Bruno (1867-1915) quanto ao tema em pauta. No seu livro *O Brasil Mental* (1898) o pensador portuense defende a tese de que os governantes reflectem a cultura vigente no seu país e que, portanto, o conhecimento desta é indispensável para compreender, e prever, a sua actuação política. (Para maior desenvolvimento, o nosso estudo *Introdução ao Pensamento de Sampaio Bruno (1867-1915)*, 1986, Braga, "Revista Portuguesa de Filosofia", Tomo XLIII, 3 e 4).

### III

## NACIONALISMO E CULTURA

1. É uma cultura própria que define uma nação e lhe dá fundamento.

Esta é a verdadeira tragédia das nações multi-raciais, e, nessa medida, multi-culturais também.

Efectivamente uma etnia não é só um agregado biologicamente unido por laços consanguíneos, mas um povo que tem uma história própria, uma língua comum, uma idêntica visão do mundo (que

se impõe, dialecticamente, mesmo àqueles que a repudiam), uma sensibilidade axiológica e um estilo peculiares, uma profunda solidariedade nas horas de perigo, uma aliança tácita quanto ao futuro, uma mesma consciência colectiva, um povo que respira, enfim, numa ideosfera que lhe pertence e a que pertence.

2. Nós, os Portugueses (como os Brasileiros) vivemos e sentimos estes problemas com especial acuidade. Conforme o dissemos já (vd. estudo citado na nota n.º 4), as condições da constituição da nossa nacionalidade levaram a uma cisão traumática da coincidência Nação-Estado.

Isso nos vocacionou para a integração de várias etnias e culturas, à luz da visão ecuménica aberta pelo catolicismo; mas nos deixou expostos também a todas as dificuldades de um projecto que assim contrariava a espontânea natureza das coisas.

Tivemos o talento de uma cordialidade e de uma abertura apostadas a integrar, com realismo, numa vida quotidiana tão agradável e harmoniosa quanto possível, tudo aquilo que, na cultura e na maneira de ser das etnias com quem partilhávamos o espaço físico e social, fosse aproveitável.

A predisposição a uma convivência cordial, acentuada e posta em prática pela miscigenação, deu os seus frutos. Aí temos o Brasil, étnica e culturalmente integrado, a testemunhar o êxito do nosso difícil projecto. (Que outro tanto venha a acontecer com os países africanos de colonização portuguesa).

Todavia os problemas teóricos subsistem, e têm que ser encarados e resolvidos, para maior limpidez na vivência da nossa própria identidade nacional.

A cultura portuguesa, como a brasileira, não podem ser nacionalistas num sentido estreito do termo. São culturas supra-nacionais, adstritas à ampla comunidade das nações lusófonas. Não podem ignorar-se uma à outra. São ambas criadoras de um único pensamento comum — o *pensamento luso-brasileiro* — que, permanentemente renovado e crítico, deve inspirar a consciência histórica de cada um dos países.

## As Culturas e a Guerra

3. Antes das primeiras visões ecuménicas que perspectivaram a unidade humana (a *Humanidade*) para além do conjunto hete-



rogéneo e irreductível dos povos existentes, — a guerra levava ao extermínio, à pilhagem e à escravização dos vencidos. Cada cultura era um mundo pleno, e fora dele só havia a morte e a miséria.

4. Anote-se, entre parêntesis, que o tema da guerra ganhou, no contexto da vida internacional contemporânea, aspectos inéditos e surpreendentes que urge ver de perto para evitar equívocos que poderão ser trágicos. Por certo que não se chegou à paradoxal inversão do "quem ganha, perde"; nem a questão pode equacionar-se nos termos de um cinismo simplista que se limite a perguntar "quem paga a guerra?"; mas a verdade é que a actual tendência para transformar os exércitos nacionais em forças de polícia que poderão agregar-se sob comando internacional para sanar conflitos alheios, além fronteiras, — exige uma profunda reflexão, não vá a dinâmica dos factos levar a situações que ninguém deseje.

5. Como dizíamos, essa guerra primitiva de extermínio originou a constituição de uma ética castrense que, por contemplar situações existenciais extremadas, ainda hoje tem sentido. É a ética da coragem. O guerreiro deverá preferir a morte heróica à vida de escravo. (Ou, na versão da ética-política de Aristóteles: só é escravo aquele que de escravo tiver a alma).

É também neste contexto que a ética religiosa dos Judeus ganha relevo. Ela lhes impõe, desde os mais remotos tempos, um comportamento *sui generis*: a escravatura não os degrada porque não os atinge na sua dignidade de eleitos do Deus único. Dessa forma superam, na prática, o contexto de uma insularidade cultural, e abrem a primeira perspectiva para uma cultura ecuménica, de tipo religioso, já implícita, aliás, na concepção monoteísta.

### **A Caminho da Unidade Humana: o Império**

6. Posteriormente a este primeiro estágio de agregados étnicos irreductíveis, surgiu uma forma de organização social — o Império — que possibilitou a coexistência de vários povos. A guerra já não visava o extermínio, mas a dominação. Não havia ainda a visão universal de uma só humanidade, mas já se aceitavam as diferenças de uma pluralidade. As etnias subjugadas podiam conservar a sua identidade biológica e cultural, mediante o pagamento de tributos e o compromisso de colaboração militar.

Este novo estado-de-coisas permitiu também o surgimento da *diplomacia*, como sucedâneo ou complemento da luta armada, visando a celebração de alianças e outros acordos, que já possibilitavam a convivência pacífica dos povos, e implicavam, logicamente, a tácita aceitação de uma igualdade (a igualdade de partes contratantes) que as diferenças não anulavam.

7. Da coexistência à convivência a distância era curta. E entre os povos, como nos simples indivíduos, a dialéctica do "senhor e do escravo" (se a distinção não for artificial ou limitada, permitindo, em qualquer momento, uma concreta inversão de posições) leva sempre a uma certa equivalência. (O escravo mais perfeito é aquele que é estimado como indispensável, e a que se negará, portanto, carta de alforria; o senhor mais perfeito é aquele que o escravo ama e de cujo domínio, portanto, não quer libertar-se. Em ambos os casos, pois, situações humanas de profunda convivência, que ambigualmente consolidam e anulam, respectivamente, a escravatura e o senhorio).

8. Pela sua própria natureza, o Império oscilava entre um despotismo centralizador e um feudalismo que, personalizando a hierarquia das sujeições, atribuía aos governantes dos povos um valor predominantemente cotado no plano das suas relações externas.

E este era mais um passo dado no sentido de um ecumenismo que superará, sem os destruir, os círculos fechados das unidades biológicas e culturais das etnias.

9. Com o chamado "milagre grego", volta-se mais uma página na história das organizações sociais.

A geografia e a história conjugaram-se para que florescesse a *Cidade-Estado*. Com ela se operou uma profunda modificação no espaço humano.

## A Cidade e o Campo

À selva intocada e circundante do nomadismo predador e do pastoreio, seguiu-se a fixação exigida pela agricultura, e uma intensa humanização do mundo vegetal.

Assim se iniciou um período harmonioso de profunda integração do homem na Natureza, de que ainda hoje — e sempre — nos sentiremos saudosos.

Esse novo *habitat*, essa ruralidade, impôs, muito compreensivelmente, formas de organização que lhe fossem adequadas. A propriedade privada, que no ciclo do pastoreio se tinha iniciado, embora de forma simplista, ganhou, quando dirigida à terra, a máxima força e uma maior complexidade.

Além do domínio e do uso da terra, os agregados familiares e a vizinhança passaram a ter um valor fundamental. Ora, foi o mundo rural que se constituiu a partir destes três factores, que a Cidade-Estado veio superar e substituir. Surge, para o homem, um novo espaço — o espaço urbano — onde a convivência se multiplica e intensifica e onde se formam as modalidades de organização social que o conjunto de domicílios contíguos permitia e exigia. A prestação profissional de serviços, a laboração permanente e a especialização das artes e ofícios, as festas, e o comércio, em especial, — só aí poderiam florescer. Também nesse novo contexto o indivíduo isolado tinha condições para viver e se afirmar socialmente. Com ele nasce uma autonomia e uma privacidade solitárias que conferem à consciência da própria personalidade a máxima consistência ontológica. Cada qual se pode agora reconhecer como sujeito irreduzível de uma liberdade e de uma inteligência tendencialmente abertas para o infinito.

10. Aliás a nova entidade social apoia-se nessa primazia do indivíduo isolado, do *cidadão*, atribuindo-lhe uma função política prioritária e básica: a função de votar em igualdade de condições com qualquer outro, mesmo com os mais poderosos.

Do voto passará a depender toda a organização da convivência urbana, constituindo-se assim as condições para uma inteira humanização da vida social. Infelizmente essa humanização é sempre problemática, e tanto pode enriquecer a existência como degradá-la, dado que o homem facilmente se perde na busca do Ser. Essa abertura da *cidade* para uma ordem exclusivamente humana conseguiu-se à custa de uma *desnaturalização* dolorosa: as harmonias e os prazeres saudáveis da ruralidade, só poderão ser esquecidos e dispensados se a vida urbana conseguir recriá-los artificialmente, acrescentando-lhes os prazeres e os benefícios próprios da convivência intensa, e da civilização.

Repare-se, porém, que a Cidade não destruiu o Campo. Não tinha ainda força para tanto. Os alimentos da terra eram-lhe indispensáveis. A própria configuração física da Cidade-Estado reflectiu essa dependência: à volta da urbe, e na medida das suas necessidades de abastecimento, entendia-se uma zona agrícola que limitava ainda a tendência concentracionária que lhe era constitutiva. Como também não foram destruídos o estilo da vida rural e os seus valores.

11. E de então até hoje, através de todas as mutações verificadas na sequência das diversas organizações políticas, as mentalidades rural e urbana — os camponeses e os burgueses — mantiveram-se em confronto. (E para bem interpretar muitos sucessos históricos — é preciso ter isso em atenção).

Só agora, no interior já da era tecnológica que começamos a viver, a ruralidade está em vias da extinção, começando a ouvir-se os primeiros acordes do *requiem* pela defunta Natureza.

O novo equilíbrio ecológico, necessário para a sobrevivência da Humanidade, será, para futuro, a preocupação fundamental dos políticos e dos moralistas, e mobilizará, em seu favor, todos os recursos da técnica. Assim, o Homem consiga recompor as harmonias perdidas...

12. A guerra acompanhou, como sempre, a alteração das condições sociais e das mentalidades. (Adiante retomaremos o tema). Continuando embora a ser paga pelos vencidos, já não visava, no contexto das *Cidades-Estado*, a extinção dos adversários, nem o seu completo domínio. Tinha então como objectivo característico a *hegemonia* de ligas ou associações de cidades, para fins militares e de comércio.

Também a *expansão* dos Estados se não fazia por meio do alargamento das fronteiras, mas através da fundação de *colónias*.

## O Colonialismo e a Cultura

13. Este *colonialismo*, fenómeno social que dominou na vida da Europa ao longo dos últimos quinhentos anos, e em que nós, os Portugueses, tão intensamente participámos, — exige duas palavras, ainda que breves, para tentarmos explicá-lo. Ele está originariamente relacionado com a *navegação* e com o *comércio*.

Antes dos transportes aéreos, só o mar permitia ligar directamente territórios distantes. Ora, esse afastamento, essa descon-tiguidade, é uma das suas características essenciais. Por isso, só os povos marinheiros puderam fundar colónias.

## O Comércio e a Cultura

14. A contribuição do Comércio é mais complexa e difícil de expor. Tentemos, ainda assim.

A actividade comercial é, por essência, aberta a um cresci-mento indefinido.

Para Aristóteles esse era um monstruoso defeito congénito, que impedia a sua apreensão teórica, e a incapacitava para a integração numa qualquer ordem política estadual, porque a ten-tação constante para se expandir para lá das fronteiras punha em risco todos os seus vínculos patrióticos.

Estas observações do filósofo, definitivas na sua lucidez, foram retomadas e afeiçoadas a novos contextos doutrinários, pela Igreja Católica e por todos os que não dão a primazia aos valores económicos.

Mas a questão não pode reduzir-se a esta dicotomia simplista: de um lado os comerciantes (de profissão ou de coração), es-cravizados por um desejo insaciável de dinheiro, e do outro aqueles que amam a vida (do corpo e do espírito), na riqueza inexaurível de todos os seus valores, e que não querem trocá-la pelo culto hipnótico e vil do "bezerro de ouro".

É que o Comércio pode ser visto também como paradigma de uma forma típica de actividade humana, em consonância com a qual se configura toda uma mentalidade que valoriza, no homem, a sua individualidade, e que atribui à liberdade, à igualdade e à justiça uma importância radical. Para aqueles que perspectivam a História sob a óptica do progresso, e consideram, como último estádio das organizações políticas, a unidade planetária, a abertura a um crescimento ilimitado é marca da máxima perfeição. Para estes, como dissemos, o comércio é o parâmetro das actividades humanas, que em última análise se devem referir sempre aos indivíduos que, por sua vez, devem relacionar-se sempre com liber-dade, e em termos contratuais, atingindo assim, *imediatamente*, o plano universal. Que acto humano poderá haver, mais fácil e

radicalmente solidário, capaz de ligar os dois homens mais diferentes pela etnia e pela cultura, do que a troca justa de bens ou serviços? De igual modo, o livre contrato deverá ser a forma exemplar de convivência entre os povos. E que tipo de relação atingirá mais facilmente esse desiderato do que um genuíno tratado comercial?

### Os Fundamentos Antropológicos do Comércio e as suas Limitações Éticas

15. Penso que o exame destas duas posições nos levará a concluir o seguinte:

- a) É um equívoco supor aberta ao infinito qualquer actividade humana. Aberto a um horizonte existencial sem fronteiras está, sim, o sujeito activo que as realiza. As acções *transitivas* <sup>(5)</sup> visam sempre um objectivo concreto e nele se esgotam; as *intransitivas* ou *expressivas*, são a manifestação de uma personalidade particular que pretende definir-se e afirmar-se no contexto das suas circunstâncias, patenteando, de preferência, as *diferenças* que as singularizam;
- b) Se é verdade que o comércio requer, e formalmente respeita, a estrutura paradigmática do agir humano, também o é que perversamente a atraiçoa, não já enquanto vocacionado para um lucro sem limites, mas tão somente enquanto visa o *lucro*, por menor que seja.

16. Há pois que distinguir entre o justo contrato de troca, que supõe a liberdade e a igualdade das partes, e promove a justa colaboração entre os homens (não dando lugar à violência), e o contrato tipicamente comercial que, por essência, visa o lucro, e que, portanto, nessa medida, degrada o acordo de troca, subtraindo-o ao critério de justiça que lhe é constitutivo.

---

<sup>(5)</sup> Para maior desenvolvimento ver o meu artigo *Notas para uma Distinção entre Civilização e Cultura*, 1986, Porto, "Revista da Faculdade de Letras — Filosofia", 2.ª série, n.º 3.

Resta saber se o desejo de lucro, ainda que injusto, não é uma tentação espontaneamente comum a todos os homens, e que só exigências éticas muito fortes e vigilantes (ou tornadas habituais) conseguirão afastar.

17. Certamente por isso, porque a mentalidade comercial é tão profundamente humana, a História tem registado a existência de povos cujas leis e cuja vida colectiva se subordinam inteiramente ao comércio. Temos em mente os Fenícios e os Cartagineses. Eles desmentem todas as teorias históricas que se baseiam na dialéctica dos factores económicos, pois logo aí, na bacia do mar mediterrânico, — ventre fecundo de que todos proviemos, — e na longínqua antiguidade, deram vida a instituições tipicamente burguesas e capitalistas.

Destacaremos duas dentre elas: o recurso a exércitos de mercenários, e a criação, nos pontos estratégicos das suas vias marítimas, de portos fortificados onde se resguardavam e abasteciam as suas frotas mercantes, e onde estas descarregavam também, e deixavam armazenados, os produtos para vender. De volta, traziam o que as populações circundantes tinham para troca.

Essas feitorias, de cobertura militar meramente defensiva, deram origem, à medida que os negócios floresciam, a cidades coloniais de grande vulto, que tendiam a tornar-se autónomas, e que, por sua vez, se as condições fossem propícias, irradiavam, fundando novos entrepostos, na sua dependência.

18. Estas colónias, nascidas das feitorias, nada tinham de comum com as colónias resultantes da expansão da Cidade-Estado dos Gregos. Nesta expansão o desenvolvimento comercial não era sequer levado em conta. Assim como a vida celular se desenvolve seccionando-se cada unidade em duas, também as cidades marítimas do Peloponesco cresceram, fundando, além do mar, em regiões disponíveis e propícias, novas urbes que conservavam, e aperfeiçoavam as matrizes culturais de origem (uma das vantagens deste tipo de colonialismo é precisamente a de dar ocasião a que seja feita uma crítica selectiva do património herdado), e mantinham, relativamente às cidades genitoras, os mais sólidos laços de parentesco e afeição. Repare-se em que esta forma de crescimento demográfico e social não colidia com a estrutura das relações entre as Cidades-Estado, que não era imperialista.

19. A expansão colonial, que a partir de quinhentos marcou a vida da Europa, continuou, de várias maneiras, estes dois tipos de colonização. *Grosso modo*, poderíamos dizer que Portugal e Espanha se aproximaram mais do modelo grego, enquanto que nas actividades ultramarinas dos outros países, o mercantilismo era prevalente. Sendo todavia muito diversas as condições geográficas e históricas, compreende-se que a gesta europeia tenha integrado novos elementos e seguido rumos inéditos. (Entre parêntesis referiremos, como condicionantes principais, os movimentos expansivo e defensivo da *Cristandade*, e a transposição, para o ultramar, das guerras do Continente).

### Da Morte e da Vida das Instituições. Individualismo e Personalismo

20. Aliás, como adiante veremos, cada época re-edita os fenómenos sociais básicos, dando-lhes uma forma nova. Mas essa operação não é rápida, nem fácil. A força da tradição, incarnada na habitualidade dos costumes, mantém os modelos arcaicos, até que as instituições ultrapassadas se revelem impraticáveis e acabem por perder a vigência <sup>(6)</sup>.

21. Mas se é certo que a condição humana, quer na ligação aos meios físico e biológico, quer nas articulações inter-subjectivas básicas, tem uma estrutura fixa sobre a qual as diferentes épocas e mentalidades constróiem as formas de humanidade que lhes são próprias, — também o é que as perspectivas antropológicas *individualista* e *personalista* diversamente condicionam a organização das sociedades.

22. O indivíduo só ascende a *pessoa* se atingir a maturidade ética, isto é, se se identificar a si mesmo em função de um valor supremo que o transcenda e lhe dê à vida um sentido *universal*; e se usar ainda, em conformidade, a liberdade própria.

Esse sentido universal implica a renúncia a reduzir a existência

---

<sup>(6)</sup> Por exemplo, o casamento sacramental e indissolúvel, proposto pela doutrina católica, é inviável num contexto individualista.



à sua esfera privada, e também a determinação de criar espaços comunitários onde se comunguem os mesmos princípios éticos.

Estas comunidades de pessoas correm o risco de "endurecer", — como todas as comunidades constituídas a partir de uma identidade ideológica — transformando-se em grupos tendencialmente totalitários, e refractários, portanto, a uma convivência pacífica.

Este ponto é de extrema importância para os futuros agregados sociais.

## **Etnia, Cultura e Estado**

23. A correspondência Etnia-Cultura-Estado, vai ser novamente alterada, à luz daquelas perspectivas antropológicas.

O individualismo é incompatível com a existência de comunidades. Não há comunidades individualistas. Os únicos grupos logicamente possíveis em tal contexto são as *associações*, desde que sejam livremente constituídas sob a forma contratual e não visem fins anti-sociais (lesivos dos direitos e legítimos interesses de terceiros).

Os membros da comunidade personalista (cujo modelo, repetimos, deveria configurar os futuros grupos humanos) conservarão o ideal da liberdade constitutiva, próprio das associações, mas implícito ou interiorizado. Aceitando embora condicionamentos objectivos que não criaram nem podem anular, fazem-no porém mediante um acto consciente e crítico que só confirma a fidelidade depois de assumida, como viável, a hipótese de rejeição, se esta se revelasse preferível.

Aliás, a legitimidade, ou, mesmo, a exigência, de uma crítica fundamentada e responsável, manter-se-á sempre em aberto.

## **Pluralismo Ascendente e Descendente**

24. Este halo de liberdade ética ilumina o contexto pluralista onde um conjunto de comunidades, com diferentes princípios, entre si dividam o mesmo espaço social.

Sublinhemos todavia que o pluralismo não é um valor em si. Não é aceitável uma realidade irremediavelmente fracturada, nem o Valor absoluto poderá relativar-se. Por outro lado, nenhuma

comunidade de estrutura axiológica poderá aceitar que os seus princípios não sejam os verdadeiros. (Negar isto para cultivar, beatamente, um pluralismo mitificado, é cair no reino da hipocrisia e da confusão...).

*O que acontece é que tudo se passa agora, não já no plano ascendente da busca da unidade dos homens, mas na re-descoberta, a partir de uma consciência ecuménica tão duramente conquistada, da sua pluralidade.*

Esta já não é uma pluralidade de *direito*, mas de *facto*.

Lamentavelmente, por certo, a visão sintética integradora de todas as diferenças *autênticas* não está ainda ao nosso alcance. Deixamos de lado, para não dificultar e estender ainda mais esta análise, o problema da perversão e do erro. Consideramos, assim, que todos os ideários personalistas são positivos e legítimos, sem esquecermos porém que há opiniões sem fundamento, que é impossível a aliança entre o valor e o desvalor, e que a hierarquia dos fins pode ser deliberadamente subvertida.

Lamentavelmente também, tais diferenças, sem essa visão integradora, podem parecer-nos erradas.

Mas sabemos agora que já não temos o direito de as destruir, como não temos o direito de anular aquelas que nos distinguem a nós próprios.

## Cultura e Civilização

25. Temos pois que inaugurar um novo clima social, marcado, simultaneamente, pelo crescimento de um património cultural comum, cujas características específicas justificam que não o consideremos já como integrante de *uma* cultura mas como constitutivo *da* civilização<sup>(7)</sup>, e pela curiosidade e gosto de conhecer e vivenciar o que é diferente.

Mas isso só é possível, sem confusão nem suicídio, por aqueles que, tendo atingido o plano da *pessoa*, estão na posse lúcida, crítica e pacífica da própria identidade.

26. Voltando à força da tradição e aos hábitos sociais, aproveitemos a oportunidade para sublinhar, em nota à margem, que,

---

(7) Vd. nota n.º 5.

o que há de utópico em qualquer postura revolucionária, é a vã tentativa de apagar o passado e partir da "estaca zero". Certamente que no plano da história das ideias é possível usar a *epoché* husserliana, ou a dúvida metódica recomendada por Descartes, e submeter a uma crítica implacável todo o patrimônio cultural herdado; mas a vida social prosseguirá na sua marcha, enquanto as novas teorias, eventualmente nascidas dessa crítica, não consigam integrar-se no tecido social, constituindo uma nova mentalidade.

27. Estes dois elementos, o exército de mercenários e a expansão por meio de colônias-feitorias, são a manifestação mais expressiva de uma nova ética, que nada tem a ver com a ética castrense e a ética religiosa de que já falámos.

### Ética, Mentalidade e Cultura

28. Aliás — e esta é a altura para o sublinhar — toda a mentalidade é intimamente inspirada por uma ética própria<sup>(8)</sup>. E será a altura também para nos interrogarmos sobre o teor das relações entre mentalidade e cultura.

29. A cultura tem uma dimensão dinâmica e histórica que corre a par com a vida política do agregado humano que particulariza e unifica.

Embora adequada a uma única mentalidade, nela estão também presentes outras, ainda que, por vezes, de forma embrionária. Pode todavia acontecer que, ao longo da vida histórica de uma cultura, a mentalidade prevalente a que deu expressão, vá perdendo a vigência, acabando mesmo por ser substituída. Assim se abrirá uma época de crise, com os demónios à solta, pondo em movimento

---

(8) Seria mais rigoroso falarmos aqui de *moral* em vez de *ética*. Na verdade, a moral é um sistema normativo com vigência social que pauta superiormente, e em última instância, o comportamento dos homens que o aceitam. Só esse comportamento, visto do exterior, interessa ao caso. Todas as suas raízes subjectivas, designadamente aquela que nasce da *opção ética fundamental* que levou a adoptar o próprio sistema moral, estão fora de questão. Situam-se, precisamente, no plano ético. Mas nós queríamos sublinhar a subordinação da moral à ética, e tememos que o uso da palavra moral pudesse levar o leitor a não atender a esse vínculo.

e excitando todos os conflitos sociais, silenciados ou adormecidos. Essa crise pode ser mortal. Nesse caso, o agregado político de que era a alma perderá a identidade e se deixará absorver por todos os movimentos centrífugos que na altura se façam sentir. A sua memória — se houver quem a cultive — ficará nos livros, nos museus, e nas exibições folclóricas, que têm tanto de piedosas como de patéticas.

Se a crise provocada pelas mudanças de mentalidade não chegar a ser mortal, dará, ainda assim, origem a profundas alterações que atingirão mesmo a vida social quotidiana, e só terminarão quando o novo ciclo cultural atingir a maturidade clássica.

### Sobre a Variedade das Mentalidades

30. Falámos numa pluralidade de mentalidades. Quantas haverá? Que o saibamos, está ainda por fazer a sua inventariação completa e a sua rigorosa descrição. Não iremos nós agora meter ombros a tal empresa. Além do mais, nos faltaria o tempo. Indicamos só as que marcaram mais forte presença na história do Ocidente. A saber: *a*) a mentalidade que se estrutura em função da *Riqueza*; *b*) a que se constitui tendo em vista o *Poder*; *c*) a que decorre da Fé religiosa; *d*) a que define a partir da *Arte* e dos valores estéticos; *e*) a que atribui à *Liberdade*, assumida no plano ético, a máxima valia.

Não vamos, compreensivelmente, proceder ao seu exame sistemático. E delas nos ocuparemos só na medida em que isso for conveniente ao prosseguimento do presente estudo. A primeira e última das mentalidades apontadas — intimamente relacionadas aliás — serão aquelas a que dedicaremos maior atenção.

31. É claro que, como tivemos já ocasião para referir, os comportamentos básicos directamente impostos pela condição humana — que necessariamente se enquadram em *instituições*, isto é, em entidades sociais normativas que os disciplinam e integram nos parâmetros culturais vigentes, — são realidades que cada nova mentalidade tem de enfrentar e afeiçoar à sua própria sensibilidade axiológica. Quando isso não é possível, a instituição é destruída, seguindo-se um período de anarquia sectorial, até que surja, a substituí-la, um novo modelo, desejado e viável.

## De Novo o Tema da Guerra

32. Voltemos ao tema da guerra. Como o dissemos já, a guerra segue as mudanças das culturas e das mentalidades. Está longe de ser uma expressão primitiva da violência. Mas é, pelo contrário, um fenómeno cultural extremamente complexo.

Acompanhamos mesmo Ortega y Gasset quando argutamente observa que há sempre na organização e na actuação das forças de combate, algo de retórico e de espectacular: é o luxo e a ostentação dos uniformes; a coreografia compassada e vibrante das paradas e dos desfiles; é a disciplina das posturas e dos gestos (a continência, o bater dos calcanhares, o "sentido", o "apresentar armas"...), que juntam a preocupação estética de uma aparência correcta, à manifestação de uma obediência hierárquica e de uma normatividade regulamentar que se aceitam sem reservas e que, por isso, se impõem sem transigências (9).

33. Radicalmente ligada à violência, que é constitutiva da condição humana (como já o dissemos, a violência é a primeira e a última palavra da liberdade dos homens) é utópico pensar que a guerra poderá ser irradicada. Mas poderá ser evitada e mantida em estado latente por tempo indeterminado. Contra ela existem dois antídotos poderosos: a Justiça (que evita os conflitos, concii-

---

(9) Recordemos, em abono do que dissemos, dois homens notáveis, e, de certa forma, aparentados: Maquiavel e Napoleão.

Maquiavel foi, como se sabe, precursor do nacionalismo italiano. Ao analisar o poder político no quadro da soberania nacional, logo percebeu que os exércitos de profissionais, quer mercenários, quer circunscritos aos membros de uma classe, não convinham a esse tipo de soberania. Por isso tanto insistiu na criação das milícias populares de Florença. Estava a prever o exército nacional e "democrático" de Napoleão. Este foi inexcedível como estratega e como organizador. Dois talentos preciosos para os tempos históricos que viveu.

Como estratega tinha o dom de apurar sempre uma visão objectiva e minuciosa do "terreno" da luta, e de conjugar, em seu favor, todos os dinamismos em presença. (Como observou um dos seus biógrafos, a circunstância de ser corso facilitou-lhe uma avaliação desapassionada da situação política da França, conferindo-lhe também a capacidade para se aliar a qualquer dos grupos em confronto, os quais, por sua vez, o podiam aceitar sem preconceitos nem reservas).

Como organizador, enfrentou, com uma energia titânica e a obsessiva necessidade iluminista de uma ordem ditada pela razão, a anarquia reinante, impondo

liando os interesses) e a Solidariedade que, juntando todos aqueles que padecem as mesmas dores, gozam as mesmas alegrias, e partilham o mesmo destino, quebra a armadura do egoísmo próprio e abre a visão da fraternidade que vincula todos os que se encontram na mesma condição ontológica. (Repare-se como o Cristianismo, com a sua doutrina da paternidade de Deus, consagra e fundamenta, exemplarmente, a igualdade humana).

## A Paz e a Guerra

34. A Paz é possível. Mas é difícil e precária. O seu pior inimigo é uma visão simplista e superficial da guerra, e, sobretudo, a piedosa ilusão de que este ou aquele sistema social pode instaurar, definitivamente, a "paz perpétua".

Assim como uma só mentira é bastante para quebrar a confiança na comunicação da verdade, também uma só violência chega para desencadear conflitos mortais, que são sempre maléficos, mesmo quando impostos pela defesa da vida e da liberdade. Só a definitiva renúncia à violência, a heróica determinação de dar ao agressor a "outra face", seria capaz de quebrar o círculo de ferro, e inaugurar a ordem do amor.

---

à França um novo sistema jurídico, da sua lavra, mas "sintonizado", apesar disso, com os mais fortes ideais colectivos.

Oficial de artilharia, — a nova arma que obrigou a uma profunda revisão da guerra tradicional — Napoleão aproveitou a plasticidade da circunstância para criar um novo tipo de forças armadas: o imenso exército nacional dos cidadãos-soldados.

Assim deu o golpe de misericórdia no *ancien-regime*, que se apoiava na nobreza militar, e armou o "terceiro-estado".

Ainda hoje o modelo napoleónico das forças-armadas predomina, sendo de destacar a obrigatoriedade do serviço militar e a existência de oficiais provindos da população "civil" e fora da "carreira".

Como veremos, este modelo, completamente desajustado à mentalidade mercantilista, está em vias de se desagregar.

É claro que os burgueses propriamente ditos não se deixaram "arregimentar". Ficaram de fora, como sempre, fiéis à sua característica aversão à mentalidade castrense, e instrumentalizaram mesmo, em seu proveito, as novas forças-armadas, pois Napoleão entregou os serviços logísticos dos seus exércitos aos banqueiros de Paris.

35. A paz de cada época só poderá ser construída — e mantida — se houver o conhecimento das características da guerra que pretende impedir.

36. Conforme já observámos, os mercadores só vêem a guerra à luz dos seus interesses e não gostam de se arriscar no campo de batalha, preferindo contratar profissionais que lutem por eles.

37. Como é de observação corrente, a nossa época é ainda marcada por uma mentalidade individualista e mercantilista. Por certo que, neste contexto, o exército nacional de modelo napoleónico tem os dias contados. E é de prever que, num futuro próximo, surjam corpos armados profissionais que prestem os seus serviços nas condições gerais do mercado. (Repare-se como, já hoje, se constituem empresas de "segurança", e como as grandes instituições privadas — e até públicas —, têm os seus próprios corpos de polícia).

A transição, todavia, não se fará directamente. Numa primeira fase o serviço militar obrigatório será aligeirado até à ineficiência, e depois suprimido. Entretanto, os quadros das forças-armadas, assim como os organismos policiais, tenderão a identificar-se em termos económicos e corporativos; formarão sindicatos, e farão greves para conseguirem salários mais altos e melhores condições de trabalho.

38. Essa situação anómala e insustentável terá duas consequências principais:

a) Por um lado, o poder castrense deixará de poder ser concebido, pela imaginação popular, — ou sob a forma de conjunto de instituições que partilham (ou dominam) o poder político, se reservam importantes privilégios, e se dão ainda ao prazer de torturar impunemente os infelizes que caíam sob a sua alçada, — ou, em contraposição, como uma corporação exemplar que heróica e abenegadamente serve a Pátria, com risco de vida, e devotamente se sacrifica pela ordem pública e pelo bem-comum.

b) Por outro lado, exigir-se-á uma efectiva competência profissional aos que respondem pela segurança interna e externa do país, e asseguram a legalidade; nessa competência profissional

está naturalmente incluída, como exigência deontológica mínima, o cumprimento dos compromissos assumidos, quaisquer que sejam as circunstâncias.

### A Solução Personalista

39. Por certo que este quadro é preocupante, pois um tal estado-de-coisas levaria a um neo-feudalismo anárquico.

Também agora, e uma vez mais, só a transição do individualismo para o personalismo, só o uso ético da liberdade individual, permitiria o regresso a corporações castrenses animadas pelas virtudes militares, em que as qualidades mais nobres dos guerreiros se põem ao serviço da Justiça. Os ideais da cavalaria medieval, que foram capazes ainda de dignificar e engrandecer a loucura do Quixote, — realizaram uma síntese exemplar entre a ética da coragem e a caridade cristã, e constituem um património comum que não deve ser ignorado nem desprezado. Aqueles que gostam de lutar e de arriscar a vida, só nesses ideais poderão purificar a força e a violência para que estão vocacionados.

### O Problema da Unidade e da Pluralidade das Culturas

40. Voltemos à tríade Etnia-Cultura-Estado e às modificações que se processaram nas suas relações, à medida que a visão ecuménica da unidade humana se foi tornando mais nítida e exigente.

A Cidade-Estado instituiu a figura pública do *cidadão*, que teoricamente é alheia aos particularismos étnicos, e se constitui em função da cultura e do Estado. Ainda que presas ao seu agregado biológico, e separados de uma perspectiva universal pela distinção racista que faziam entre os helenos e os bárbaros, — os gregos, ao eleger o *cidadão*, (o individuo urbanizado), como unidade política, abriram, para a organização da sociedade, o plano da unidade do Homem.

41. Se a força das ideias é irresistível, e a sua lógica de ferro, é verdade igualmente que a marcha da História, — condicionada também por factores irracionais (ou não totalmente racio-



nalizáveis) — nunca é linear, nem imediatamente inteligível. Mas há sempre a possibilidade de descobrir no passado as grandes linhas de um processo inteligente de mutações.

42. Assim, logo depois dos gregos clássicos, Alexandre Magno (que foi discípulo de Aristóteles), operou a síntese do Império com o Estado-Cidade.

A etnia deixou de ser considerada um valor e uma realidade inamovível. (Daí a miscigenação incentivada pelo macedónio). Havia pois que ser corrigida a estrutura tradicional do Império, que se apoiava no domínio de um povo sobre os outros: o que contava, daí em diante, era a *cidadania*. Este estatuto, potencialmente aberto a todos os habitantes, era de natureza cultural e jurídica. Importava estar helenizado (usando por isso, como se fosse materna, a língua grega), e, na lógica sequência dessa situação, assumir a personalidade jurídica constituída pelas leis do Estado.

43. Pergunta-se: essa aculturação iniciada e mantida à ponta de espada, não seria uma forma requintada de domínio, bem mais eficaz do que a antiga sujeição imperial, que se contentava com o pagamento de tributos, auxílio militar, e um ou outro cerimonial público de confirmação da humilhante vassalagem?

Esta pergunta anda ainda hoje no ar, e de forma inquietante, pois nunca, como agora, os problemas da relação das várias culturas, designadamente os da sua autonomia e unidade, foram tão prementes.

44. A resposta não é fácil, porque a questão se presta a ser encarada por muitos ângulos, e nela intervêm factores emocionais que nem sempre é possível tornar razoáveis.

Mantemo-nos fiéis às conclusões que propusemos, há já alguns anos<sup>(10)</sup>: só as culturas mais complexas e amplas conseguem apreender e assimilar as culturas mais simples e limitadas; e são os membros dos grupos por estas unificados que podem, ao serem aculturados, enriquecer e alargar a sua visão do mundo, mantendo

---

<sup>(10)</sup> Vd. o nosso estudo já citado (nota n.º 1) "*Reflexões sobre a Pluralidade das Culturas*".

e renovando todavia, na sua tradição, tudo o que os gratifica e contribui para o equilíbrio da sua personalidade; só eles poderão ser os arautos e os demiurgos da nova forma da cultura natal.

45. Nestes planos não há, — nem pode haver — o domínio da violência. Afinal, a espada também pode abrir os caminhos para o entendimento e para a concórdia. Mesmo quando vencido pelas armas, o povo mais culto impõe as conquistas da sua inteligência.

Pretender, como alguns antropólogos românticos, que as culturas mais simples permaneçam intocadas e presas aos grupos étnicos em que florescem, também eles escondidos e ignorados em reservas impenetráveis, ou folcloricamente acantonados para turista ver, — é desejar afinal que os homens se não aproximem nem convivam.

46. Pensamos ter já retirado da experiência histórica o essencial para dilucidar o problema das relações entre nacionalismo e cultura.

O próprio das culturas é agruparem-se em constelações, de raio progressivamente maior, animadas por um dinamismo convergente que aponta para um único agrupamento unificado.

No seio de cada uma delas deverão formar-se dois movimentos de sentido contrário: a) um leva à actualização e valorização de tudo o que lhe seja típico, e conserve um conteúdo axiológico positivo depois da prova de fogo da convivência com outras culturas; b) outro leva a acolher, do exterior, todo um património que tende a tornar-se comum.

47. Dissemos atrás que as características desse património cultural comum o diferenciavam dos patrimónios particulares de cada cultura, pelo que seria mais rigoroso dar-lhe o nome próprio de *civilização*. Integram-no fundamentalmente a ciência, a técnica, e alguns valores universais, sobretudo de natureza artística e política. (Por exemplo, há hoje a tendência para considerar a democracia como o regime político por excelência, julgando-se legítimo, por isso, que seja imposto a todos os países).

48. Acontece porém que o critério da *universalidade possível*, usado na circunstância, nem sempre é de utilização pacífica.

No caso da ciência, da técnica, e dos comportamentos estabelecidos em função das mesmas, — só uma crítica de máxima exigência gnosiológica poderá dar origem a que surjam dúvidas quanto à sua veracidade e razão de ser.

Quanto ao mais — e muito embora se recorra ao fundamento mais radical, mostrando que os princípios e doutrinas propostos como ecuménicos têm os seus alicerces na própria estrutura da natureza humana, — é sempre possível a controvérsia e a dúvida, pois essa estrutura nunca é suficientemente objectiva e límpida.

49. Isso levanta à aculturação inevitável, que a todos hoje nos atinge, dificuldades muito delicadas.

A aliança fecunda e positiva entre o próprio e o alheio, exige uma abertura cordial, mas também inteligente e crítica.

Uma vez mais, só uma atitude ética, que vigilantemente impeça os "pecados" sóficos (a ignorância, a má-fé, o preconceito, enfim, todos os actos e omissões que falsificam a verdade) — poderá animar toda uma incessante criação cultural, que melhore, dia-a-dia, a vida dos homens e das suas sociedades.

É pois a esta luz que deverá ser entendido e praticado o nacionalismo cultural.

Porto, 27 de Junho de 1992

*Eduardo Abranches de Soveral*